

493

039



*Podor Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

Apelação Cível nº 122587-8- Recife/PE  
Apelante: Joaquim Barbalho de Paiva e outros  
Apelado: Companhia Hidroelétrica de São Francisco  
Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo

Segunda Câmara Cível

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO. REASSENTAMENTO. HIDROELÉTRICA. INDENIZAÇÃO. VERBA DE MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.

O real motivo pelo qual os recorrentes não foram reassentados, se dá pelo fato de que a titularidade do domínio das terras não lhes pertenciam, pois efetivamente não detêm legitimidade para pleitear indenização ou reassentamento em virtude da desapropriação de imóvel de propriedade de seus pais, parentes ou irmãos, os quais, por sua vez, receberam a seu interesse lotes e/ou ressarcimento.

Os filhos, genros, sobrinhos e irmãos dos proprietários de glebas expropriadas só fariam jus ao reassentamento acaso os pais optassem por tal modalidade, o que incorreu no caso em tela.

**DECISÃO:** "POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

DATA DO JULGAMENTO: 21/12/2009.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 122587-8- Recife/PE, Apelante Joaquim Barbalho de Paiva e outros e Apelado Companhia Hidrelétrica de São Francisco-CHESF, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de

494

040

Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, negar provimento  
ao Apelo, nos termos do voto do relator.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator.

A/jma.



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

TTJPE  
FLS.  
485  
af

041

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0122587-8 – RECIFE-PE

APELANTE: JOAQUIM BARBALHO DE PAIVA E OUTROS

ADVOGADO: ADEMILSON FAGUNDES DE BRITO

APELADO: COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

ADVOGADO: EVERARDO RIBEIRO GUEIROS

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**RELATÓRIO**

JOAQUIM BARBALHO DE PAIVA E OUTROS promoveu Ação Ordinária Reparatória de Danos cumulada com Cobrança, contra COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF.

Alegam os Autores que o pedido parte da demanda social originada da construção, pela Ré, da barragem de Itaparica, afetando uma população de milhares de brasileiros, em sua maioria agricultores. Informam que tiveram suas terras desapropriadas para instalação de projetos de reassentamento da CHESF, com a criação de agrovilas e concessão de lotes irrigados à população que antes habitava a área posteriormente alagada pela instalação da referida barragem de Itaparica. Para comprovação do alegado, juntou documentos fs. 36/180

Aduzem ainda, que foram desapropriados de seus imóveis para dar lugar ao projeto irrigação Pedra Branca, não recebendo, por parte da Ré, lotes irrigados nem qualquer parcela de manutenção temporária (VMT), devida a cada família, apresentada como forma de garantir suas subsistências nas novas áreas ocupadas. Registram, que outras pessoas em condições análogas às deles receberam da Ré lotes agrícolas.

Asseguram ao final, que não buscam a verba indenizatória decorrente da desapropriação, mas, sim, a constatação da omissão da Ré, em enquadrá-los no projeto de reassentamento, pugnando receber da Ré a condenação do montante relativo à VMT não paga, bem como lotes irrigados ou, ao menos uma compensação financeira.

Pleiteiam a antecipação de parcial dos efeitos da tutela, nos termos do art. 267 do CPC, referente ao montante relativo à VTM.

O Réu apresentou contestação, fs. 186/205, aduzindo preliminarmente a determinação dos Autores à formação, em prazo fixo, do litisconsórcio necessário, sob pena de extinção do processo; a citação da União para manifestar interesse na causa, remetendo os autos a Justiça Federal, por competência absoluta e a extinção do processo, seja pela falta de documentos indispensáveis junto à inicial, seja pela omissão verificada na mesma inicial, afrontando a lei processual e preterindo o direito de defesa da Contestante. No Mérito a decretação de total improcedência do pedido na exordial, nos múltiplos elementos que o compõem, com a condenação dos Autores em todas as pronunciações sucumbências, entre os quais os honorários advocatícios. Juntou para comprovação do alegado, documentos, fs. 206/256.

O Autor ofereceu Réplica, fs. 316/320, rechaçando a tese da defesa e reiterando os termos da exordial.

Designada a audiência de conciliação, para o dia 12.05.2003, conforme fs. 327/328, a mesma, não obteve êxito.

Designada a audiência de instrução e julgamento, para o dia 18.08.2003, conforme fs. 336/340, nesta oportunidade foram ouvidos os Autores e o preposto da Ré, as testemunhas arroladas pelos Autores, bem como as testemunhas da parte Ré.

A Ré apresentou suas alegações, fs. 421/429, pugnando pela improcedência do pedido na inicial.

Adveio à sentença, fs. 431/438, julgando improcedente, o pedido dos Autores, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, para deixar de condenar a Ré na obrigação de conceder aos Autores lotes irrigados e o montante correspondente à verba de manutenção temporária (VMT), relativos aos projetos de irrigação e

TJPE  
FLS.  
487  
6/

reassentamento da população atingida pela barragem de Itaparica, sem custas e honorários sucumbências, nos termos da Lei 1.060/50.

Inconformado os Autores interpuseram apelação, fs. 442/448, requerendo a reforma de decisão, bem como o conhecimento do presente recurso, para condenar O Apelado a entregar a cada um dos Apelantes um lote agrícola irrigado, além do montante correspondente à verba de manutenção temporária (VTM), relativos aos projetos de irrigação e reassentamento da população atingida pela barragem de Itaparica.

A apelação foi recebida em seu duplo efeito fs. 450.

Em suas contra-razões, às fs. 452/464, a Ré suscita pela total improcedência da apelação, confirmando assim em sua totalidade a sentença recorrida.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 14 de outubro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR

A/a



495  
044

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0122587-8 – RECIFE-PE

APELANTE: JOAQUIM BARBALHO DE PAIVA E OUTROS

ADVOGADO: ADEMILSON FAGUNDES DE BRITO

APELADO: COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

ADVOGADO: EVERARDO RIBEIRO GUEIROS

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**VOTO**

A presente ação fora intentada pelos Autores com o fito de verem-se reassentados, sendo concedido vilas irrigadas e a verba de manutenção temporária (VMT).

Examinando tudo o que dos autos consta, entendo que não assiste razão aos Apelantes. Vejamos.

O acordo feito entre os trabalhadores, ora Apelantes, atingidos pelo reservatório de Itaparica e a CHESF, ora Apelada, nomeado pelos Apelantes de acordo de 1986, nada mais foi que um método para certificar e tornar público o compromisso da Apelada para com a recolocação dos grupos de familiares atingidos pela inundação.

Ocorre que no caso *sub judice*, os Apelantes não se encontravam em área inundada, mas naquela escolhida pela Apelada, para reassentar os então atingidos. Desta forma do mencionado acordo não se enquadram os Apelantes.

Após de minuciosa análise dos depoimentos coletados, verifiquei que o real motivo pelo qual os Apelantes, não foram reassentados, se dá pelo fato de que a titularidade do domínio das terras não lhes pertenciam, pois efetivamente não detêm legitimidade para pleitear indenização ou reassentamento em virtude da desapropriação.

045 496

de imóvel de propriedade de seus pais, parentes ou irmãos, os quais, por sua vez, receberam a seu interesse lotes e/ou ressarcimento.

Logo, tendo os reais proprietários do imóvel expropriado optado pelo recebimento de indenização (e aceitado o valor proposto), não há espaço para qualquer sorte de complementação de indenização ou reassentamento por parte de seus filhos, irmãos, genros, etc.

Com efeito, os filhos, genros, sobrinhos, irmãos dos proprietários de glebas expropriadas só fariam jus ao reassentamento acaso os proprietários tivessem optado por tal modalidade, o que não correu no caso em tela.

Em suma, não é possível que pelo fato de conviverem várias famílias em um único imóvel, ter-se-ão que garantir novos lotes, de acordo com o Projeto de Reassentamento, para cada uma das entidades familiares que porventura residissem e trabalhassem juntas no terreno desapropriado, ocorreria assim, uma vantagem indevida para as famílias.

No decorrer da instrução processual, ficou assentado que os Apelantes fixaram moradia em casas do Projeto Pedra Branca, por eles "invadidas" há vários anos, o que de certo, verifiquei nos depoimentos dos próprios Autores, ora Apelantes, pois além da posse das casas, o pagamento da verba de manutenção temporária (VMT), bem como algum tipo de ressarcimento, soaria como enriquecimento ilícito por meio de verba pública.

Por fim, ressalto que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julgou, recentemente, processo análogo ao presente, (AC nº 70025985706, Quarta Câmara Cível, TJRS, j. em 01/10/2008), restando afirmada, à unanimidade, a ilegitimidade ativa dos filhos dos desapropriados para postular indenização suplementar, bem como reassentamento, julgado que restou assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DESAPROPRIAÇÃO. HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA. FILHAS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS EXPROPRIADAS. INDENIZAÇÃO. REASSENTAMENTO. ILEGITIMIDADE ATIVA. Os filhos e filhas dos desapropriados não detêm legitimidade para pleitear indenização ou reassentamento em virtude da desapropriação de imóvel de propriedade de seus pais

497

046

que foram, à época, regularmente indenizados. Os filhos dos proprietários de glebas expropriadas só fariam jus ao reassentamento acaso os pais optassem por tal modalidade, o que incorreu no caso em tela. Ilegitimidade ativa reconhecida. Sentença mantida. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70025985706, Quarta Câmara Cível, TJRS, Relator Ricardo Moreira Lins Pastl, 01/10/2008).

A meu ver descabe a reforma da sentença recorrida.

Ante estas considerações, NEGO PROVIMENTO ao apelo, mantendo, na íntegra, a sentença.

É como voto.

Assunto de Oliveira - med  
Relator

A/a

**2ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL 122587-8 da 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE**

**RELATOR:** DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**REVISOR:** DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
**APELANTES:** JOAQUIM BARBALHO DE PAIVA e OUTROS  
**APELADO:** CHESF - COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

**V O T O D E R E V I S Ã O**

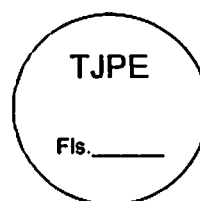
Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 29/35) julgando improcedente a ação ordinária reparatória de danos c/c cobrança manejada pelos ora Apelantes, "para deixar de condenar a ré na obrigação de conceder aos autores lotes irrigados e o montante correspondente à verba de manutenção temporária (VMT), relativos aos projetos de irrigação e reassentamento da população". Sem ônus sucumbenciais ante o benefício da assistência judiciária concedido aos autores.

Entendeu o i. Togado de piso que "a mera expropriação não dá direito aos autores de pleitearem o recebimento dos lotes irrigados, quiçá a verba de manutenção temporária [por não haver] elementos objetivos suficientes para que ficasse patente o comprometimento da ré em enquadrar os autores nos seus projetos de assentamento", constituindo-se "prova da qual a parte autora estava incumbida, a teor do art. 333, I, do CPC".

Em seu arrazoadado recursal (fls. 443/448), sustentam a ilicitude do ato da Recorrida ao "não estender os direitos conquistados através do acordo de 06.12.86, para os Apelantes".



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete de Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



Arguem estar comprovado o descumprimento do acordo formulado entre a Apelada e os agricultores, onde aquela se comprometeu a "entregar lotes irrigados e o montante correspondente a verba de manutenção temporária (VMT), relativos aos projetos de irrigação e reassentamento da população atingida pela barragem de Itaparica".

Desta forma, pugnam pelo provimento do recurso para reformar o ato atacado, julgando procedentes os pedidos constantes na inicial da presente demanda ordinária.

Contrarrrazões apresentadas pela CHESF (fls. 452/464), alegando a ausência de direito subjetivo dos Apelantes "aos benefícios concedidos às famílias desapropriadas para a implantação do Reservatório de Itaparica", requerendo a manutenção da sentença.

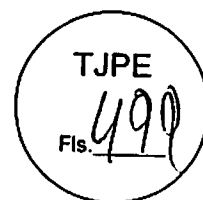
Sumariamente exposta a controvérsia, decido.

Por esta demanda, os Autores/Apelantes pretendem se beneficiar do acordo realizado entre a população atingida pela construção da barragem de Itaparica e a CHESF, para fins de reassentamento e assistência financeira básica.

O aludido pacto (fls. 117/125), na verdade, foi a maneira organizada utilizada pela Ré - por delegação da União - para realocar os agricultores das áreas inundadas pelo Rio São Francisco para construção de Hidrelétrica naquela região. Trata-se de medida compensatória motivada pela impossibilidade dos desapropriados iniciarem seus trabalhos em nova área nas mesmas condições antes desempenhadas.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



Ocorre que os Recorrentes não se encontravam na área inundada, mas naquela para qual os atingidos foram removidos. Assim, embora reflexamente afetados pela construção da barragem, não ficou comprovado qualquer direito subjetivo dos Requerentes aos lotes irrigados e à verba de manutenção temporária oferecida pela Ré decorrente do Acordo de 1986.

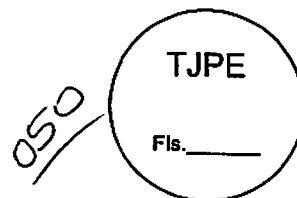
Ademais, os Apelantes afirmam expressamente que "não estão questionando o já sepultado processo expropriatório-indenizatório, amparado pelo Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, o qual foi executado pela Apelada em decorrência do Poder de Império do Estado na área afetada pelo Reservatório de Itaparica e as áreas onde foram implantadas os diversos Projetos de Irrigação".

Se as áreas por eles ocupadas foram objeto de desapropriação para implantar os Projetos de Irrigação, ao meu ver, descabe obrigar a Apelada a abarcar com nova reparação. Embora socialmente aconselhável incluir toda a comunidade afetada na órbita do desenvolvimento, não observo nos autos qualquer prova de que a CHESF tenha se comprometido a enquadrar os autores nos seus projetos de reassentamento.

Como bem ventilado na sentença, "os Projetos de Irrigação e Reassentamento empreendidos pela ré não se destinam à Reforma Agrária ou qualquer outra espécie de política pública de ajustamento da utilização do solo rural".



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Destarte, inexistente obrigação jurídica da empresa em decorrência da falta de acordo de vontades a resultar na procedência dos pedidos autorais.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO APELO** para manter a sentença atacada.

É como voto.

Recife, 21.12.09

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor